

Anthony Giddens e a teoria da estruturação

Maria Saudade Baltazar

UÉvora, ECS, DSoc | CICS.NOVA.UÉvora
baltazar@uevora.pt

Resumo

O presente artigo versa sobre o contributo teórico de Anthony Giddens, pela visibilidade e impacte que a sua obra sociológica tem vindo a assumir como um relevante modelo conceptual para as ciências sociais, em geral, e para a teoria sociológica, em particular, associado a uma abordagem de carácter crítico.

A relação entre a permanência (estrutura) e o movimento (ação social), perspetivada na sua teoria da estruturação, representa de facto a componente base da sociedade, uma vez que é esta dualidade que torna a sociedade possível e molda o seu carácter ora na direcção da permanência, ora na direcção da mudança.

Em síntese, o presente artigo é uma revisita a um trabalho anterior [1], que face à pertinência do seu conteúdo se justifica a sua divulgação nesta revista para estimular e aprofundar o debate científico-pedagógico junto dos doutorandos em Sociologia, sobre os sistemas sociais, contextualizando o seu lugar no tempo-espço, e problematizando a ideia de estrutura como uma certa ordem virtual de diferenças, dita no sentido giddensiano, produzida e reproduzida no âmbito das interações sociais.

Palavras-Chave: Teoria, integração micro-macro, integração ação-estrutura, teoria da estruturação.

1. A obra sociológica de A. Giddens

Dada a sua vastíssima obra científica produzida durante as últimas décadas, A. Giddens é atualmente um dos sociólogos vivos mais conhecido e citado.

Investigador britânico, é autor de mais de três dezenas de livros e de duas centenas de artigos, foi professor de sociologia na Universidade de Cambridge até 1997, momento em que tomou posse como Diretor da *London School of Economics*, cargo que acumulou até 2003, como professor desta Universidade.

A obra de Giddens, predominantemente teórica, começou a ser discutida nos Estados Unidos desde 1970, embora nalguns países europeus os seus trabalhos tenham sido introduzidos mais tardiamente.

Trata-se de uma obra que “*é particularmente diversificada, cobrindo domínios que vão da teoria social à produção de manuais, da investigação histórica sobre o Estado à reflexão*

crítica sobre a modernidade tardia, do estudo das redes empresariais à sociologia do desporto, da análise das classes sociais à discussão das transformações da intimidade. A influência académica que exerce pode ser ilustrada pelas inúmeras traduções dos seus livros em mais de vinte línguas” (Pires, 2000: VII).

A incontornável posição que ocupa na teoria social contemporânea através da elucidação de processos concretos da vida social, parte do estudo reflexivo e crítico que fez das propostas teóricas das grandes correntes clássicas (tais como o estruturalismo, funcionalismo, neo-marxismo, interacionismo simbólico) e que lhe confere o ecletismo, síntese e erudição do pensamento giddensiano. A reconstrução da teoria social, a reinterpretção da modernidade e a reformulação de uma teoria crítica da política é, pois, a tríade de temáticas eleita, de modo recorrente, por Giddens para desenvolver a sua obra sociológica, mas estas áreas permitem também a identificação de três momentos (pela mesma ordem cronológica que aqui

são mencionadas as temáticas) na diversidade dos seus trabalhos.

2. O teorema da dualidade da estrutura e conceitos centrais na teoria da estruturação

A forma de integração da ação e da estrutura desenvolvida por Giddens é tida como a mais conhecida e influente no seio de uma multiplicidade de trabalhos de teóricos europeus sobre esta questão basilar da teoria social moderna. É neste esforço de reconstrução da teoria social que Giddens apresenta a teoria da estruturação, e que segundo P. Corcuff (1995) combina uma dupla sociologia das estruturas sociais e da ação. E que para Pires (1999) se inscreve num amplo movimento de «reinterpretação e síntese» para a construção de novos corpos teóricos.

A teoria da estruturação é tida como detentora de um conjunto de premissas com elevado grau de inteligibilidade acerca das práticas sociais do momento atual, não obstante Giddens ter iniciado a sua apresentação na década de 70. Continuando a pretensão de reavaliar, crítica e sistematizadamente, as diversas orientações teóricas, Giddens em *As Novas Regras do Método Sociológico* (1976) articula o confronto das correntes sociológicas contemporâneas com os primeiros passos da teoria da estruturação.

É neste trabalho que Giddens esboça, pela primeira vez, o teorema da dualidade da estrutura partindo da análise específica das questões de ação, estrutura e transformação social – incidindo na natureza da «ação» assim como nas suas implicações para a lógica das ciências sociais.

Teorema que fora apresentado com maior detalhe e sistematização no capítulo 2 de *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis* (1979), ou seja, é aqui que se encontram os principais enunciados da teoria da estruturação. Porém a sua forma mais desenvolvida, e especificamente a posição nuclear que o teorema da dualidade da estrutura ocupa na teoria da estruturação, surge na designada obra central de

Giddens – *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration* (1984).

Segundo Giddens “*toda a investigação em ciências sociais ou em história se tem preocupado com a relação entre a ação e a estrutura (...) e em caso algum a estrutura «determina» a ação ou vice-versa*” (1984: 219).

O conceito de dualidade de estrutura foi desenvolvido tendo por base as críticas dirigidas a dois tipos principais de dualismos. Numa primeira ordem de ideias, Giddens coloca em causa o dualismo que se encontra entre as perspetivas teóricas preexistentes. Após a análise de um conjunto alargado de teorias que partem do indivíduo/ator ou da estrutura/sociedade considera que ambas são alternativas extremas. As sociologias interpretativas defendem os seres humanos como agentes decididos, conscientes de si próprios e capazes de indicar razões que justifique os seus atos, porém não apresentam predisposição para tratarem as questões vincadamente baseadas em perspetivas funcionalistas e estruturais, as quais abordam as questões do poder, constrangimento e da organização social em larga escala. O que permite afirmar que enquanto as primeiras são «fortes na ação, mas fracas na estrutura» as segundas contribuições teóricas consideram os agentes incapazes de fazer face a poderes mais fortes do que eles e por isso «embora fortes na estrutura estão enfraquecidas na ação».

Para além deste dualismo de perspetivas teóricas, Giddens ainda se refere a outro que contrapõe o «indivíduo» à «sociedade». Rejeita este tipo de dualismo por considerar que não constitui os enunciados centrais para qualquer reflexão teórica, uma vez que a questão básica deve ser reportada às práticas reprodutivas. Rejeição que não quer significar a negação da existência de formas de coletividade e sistemas sociais detentores de distintas propriedades estruturais, nem que tais propriedades estejam inseridas nas ações individuais de cada indivíduo.

E para o efeito insiste na necessidade de desconstruir cada um dos extremos deste dualismo, afirmando que “*tendo em atenção que o indivíduo não pode ser olhado simplesmente como um corpo, a noção de corpo torna-se*

complexa quando relacionada com a atividade individual. Falar de indivíduo é ter em mente também a ideia de agente, extravasando a simples noção de «sujeito»; a ideia de ação (como Talcott Parsons costuma frisar) é, inevitavelmente, o ponto central. No entanto – e isto é crucial –, a ação não é simplesmente uma qualidade do indivíduo, mas é igualmente a essência da organização social ou da vida coletiva» (Giddens, 1996: 13).

O teorema da dualidade de estrutura refere-se à lógica da análise social, em que o conceito de estrutura é tido como a condição e o resultado da ação assim como fator de constrangimento e de facilitação da agência.

Para Giddens (1996), a agência consiste no processo dinâmico e contínuo que tem na sua génese a intencionalidade e objetivos dos agentes para alcançar determinados resultados, e que acontece na continuação da ação de agentes sociais competentes e reflexivos. Apresenta ainda o que designou por *modelo estratificado da ação*, que ocorre entre dois polos (condições desconhecidas da ação e consequências não intencionais da ação) e para o qual concorre a monitorização reflexiva da ação (caracter intencional) suportada pela racionalização da ação – parte integrante da reprodução social. Enquanto a motivação se relaciona com as condições desconhecidas da ação e que por vezes têm a ver com as consequências não intencionais, como se passa a sistematizar na figura 1.

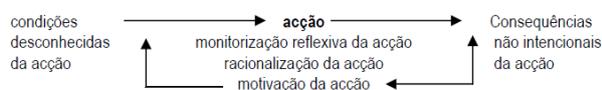


Figura 1 . Modelo estratificado da ação, adaptado de Giddens (1984: 5).

Por seu turno, o conceito de sistema social surge para designar os contextos reais de interação, uma vez que a estrutura surge neste contexto reportada a uma existência mais desligada da agência de atores.

Para o efeito, Giddens (1984) define a estrutura como conjuntos recursivamente organizados de normas e

de recursos, isto é, são as propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais semelhantes em diferentes períodos de tempo e espaço e que lhe conferem a sua forma sistémica; a estrutura só existe mediante as atividades dos agentes sociais e é ela que molda e confere forma à vida social.

Porque as estruturas não existem isoladas no tempo e no espaço, elas manifestam-se dentro dos sistemas sociais sob a forma de práticas reproduzidas. Todavia, os recursos e as normas refletem-se tanto ao nível micro da consciência humana como ao nível macro dos sistemas sociais.

Assim sendo, o sistema social, é visto como um conjunto de práticas sociais reproduzidas ou relações reproduzidas entre atores ou coletividades organizadas como práticas sociais regulares.

A estrutura e a ação formam uma dualidade, não podendo existir uma sem a outra, e é a esta relação dialética que Giddens designa de estruturação que apresenta como premissa base a ideia de que as propriedades estruturais dos sistemas sociais constituem quer um meio quer um produto das práticas que organizam recorrentemente, ou seja o momento da produção da ação é de igual modo o da reprodução nos contextos da realização quotidiana da vida social. Em síntese, a estruturação são as “*condições que governam a continuidade ou transmutação das estruturas e, portanto, a reprodução dos sistemas sociais*” (Giddens, 1984: 25).

Após a enunciação das principais significações propostas por Giddens para o teorema da dualidade da estrutura, que associado às ideias de estrutura e de sistema constituem o núcleo conceptual da teoria da estruturação, poder-se-á fazer desde já uma apreciação reflexiva acerca de tais princípios.

Ou seja, está-se perante uma visão circular da construção da realidade social em que existe uma simultaneidade das dimensões estruturantes enquanto condições da ação (antes) e como produtos da mesma (depois). E o estrutural só passa a ter realidade empiricamente apreensível quando se atualiza na ação e interação.

Paralelamente é possível identificar um outro ponto de vista subjacente ao teorema da dualidade da estrutura, e que se prende com as noções de constrangimento e de competência. Ao rejeitar a identificação entre estrutura e constrangimento, Giddens considera que a estrutura tanto capacita como constrange, ou seja “*de acordo com esta concepção, as mesmas características estruturais são parte integrante tanto do sujeito (o ator) como do objeto (a sociedade). A estrutura confere simultaneamente forma à «personalidade» e à «sociedade», mas em nenhum dos casos o faz de modo exaustivo, quer por causa do peso significativo das consequências não intencionais da ação, quer devido às condições de ação que permanecem não conhecidas*” (Giddens, 2000: 44). Segundo este entendimento, a estrutura não pode ser considerada como um obstáculo à ação, ela está sim presente na sua produção, mesmo que se trate dos mais profundos processos de mudança social, que à semelhança dos outros se processam no tempo.

Pelo exposto, poder-se-á afirmar que o centro da teoria da estruturação radica na intenção de compreender a dualidade da estrutura e da ação assim como da sua interação dialética sobre as práticas humanas, que devem ser tidas como recorrentes: as atividades não são criadas pelos indivíduos, mas sim continuamente recriadas por eles através dos diversos meios pelos quais se expressam a si mesmo como atores, isto é mediante as suas atividades os agentes sociais produzem as condições que tornam possíveis essas atividades.

As atividades não são produzidas pela consciência nem mesmo pela estrutura social, uma vez que são os indivíduos nas suas práticas, e enquanto atores sociais, que produzem a consciência e a estrutura.

Facto que permite extrair a ilação de que na teoria de estruturação de Giddens é atribuído grande poder ao agente, visto possuir a capacidade de introduzir mudanças no mundo social, e só detentor desta capacidade é que pode ser tido como agente.

A competência é um requisito fulcral dos atores sociais, pelo que todo o ator competente é detentor de um conhecimento bastante variado, ainda que subtil e íntimo, da sociedade da qual é membro. Gi-

ddens (1984) entende o conhecimento quer em termos de consciência prática quer de consciência discursiva, parâmetros da consciência que se relacionam com o carácter «localizado» das atividades dos atores, embora não reduzíveis a este. Histórica e espacialmente localizado, qualquer ator competente possui um conhecimento que se dilui em contextos que extravasam tudo aquilo que constitui a sua atividade quotidiana.

O modo como Giddens concebe a competência humana permite-lhe identificar a existência de alguma fluidez na linha de demarcação entre o conhecimento comum e o conhecimento erudito do mundo social.

Porém os principais limites da competência dos atores sociais são as consequências não intencionais da ação e o inconsciente. “As consequências não intencionais da ação são de uma importância central para a teoria social na medida em que surgem sistematicamente incorporadas no processo de reprodução das instituições (...) na medida em que tais consequências não intencionais se encontram envolvidas na reprodução social, estas tornam-se também condições da ação” (Giddens, 2000: 22). E é com este conceito que integra na teoria da estruturação uma noção clássica em sociologia (em que os exemplos mais paradigmáticos são «as consequências não antecipadas da ação social realizada» de Robert Merton e «os efeitos perversos» de Raymond Boudon), e reafirma a importância das complexas consequências da ação que tendem a escapar à intenção de um dado ator, ao realizar determinada ato, transportando por isso a ação para além dele.

Assim sendo, outro enunciado da teoria da estruturação é a designada monitorização reflexiva da conduta – carácter intencional do comportamento humano – em que a intencionalidade é aqui tida como processo. Capacidade de racionalização que pretende significar o desenvolvimento de rotinas que capacitam os atores para manipularem eficazmente a vida social, e que segundo Giddens este traço rotineiro da conduta humana não pressupõe que os atores tenham em mente objetivos estabelecidos de forma consciente no decorrer das suas atividades.

Se por um lado os atores têm motivações para atuar (as quais são potenciais para a ação), ainda que as motivações possam ser inconscientes, para Giddens a maior parte da nossa ação não está diretamente motivada. Não obstante as motivações desempenharem na conduta humana um importante papel.

O agente social é detentor de um evidente poder no seio da teoria da estruturação, ao possuir a capacidade de modificar a sociedade, independentemente de existirem constrangimentos sobre si. *“A capacidade de ação sugere a existência de acontecimentos desenvolvidos por um indivíduo (...) o que ocorreu não teria ocorrido sem a intervenção desse indivíduo”* (Giddens, 1984: 9).

Pelo até aqui exposto sobre os principais enunciados da teoria da estruturação, é possível indagar que o tempo e o espaço são vetores cruciais no seio desta teoria. *“Um dos temas fundamentais deste texto (...) é a minha insistência na necessidade de a teoria social reconhecer que as interseções do tempo-espaço se encontram envolvidas em toda a existência social de maneira essencial”* (Giddens, 2000: 12). Se a interação cara a cara é tida como uma condição primordial, não é possível omitir que a distância entre espaço e tempo torna-se cada vez mais frequente no mundo moderno, dadas as suas novas formas de transporte e de comunicação. Todavia, Giddens é alvo de críticas por ter dedicado mais atenção ao tempo que ao espaço.

3. A assimilação do micro pelo macro

Com já se tivera oportunidade de mencionar, Giddens dedica grande parte da sua obra científica à reavaliação crítica das mais diversas tradições teóricas e disciplinares, constituindo esta um pilar fulcral na sua proposta de reconstrução da teoria social.

Pelo que as críticas que formula às análises clássicas das perspectivas funcionalistas emergem como um ponto de particular interesse para um entendimento mais detalhado acerca de alguns enunciados contidos na definição da teoria da estruturação, e que se articulam de forma estrita à questão do micro-macro.

A principal crítica que é efetuada neste contexto é dirigida à noção de função, e a sua relação inequívoca ao termo “sistema”.

Uma das vias da emergência do conceito de sistema na sociologia foi através da corrente funcionalista, na qual se constituiu sempre como um importante elemento. As analogias orgânicas, possibilitaram que o sistema social fosse concebido mediante paralelismos com os sistemas fisiológicos, o que traduz a manifesta proximidade de relações entre a biologia e a sociologia defendida pelos autores funcionalistas.

Giddens coloca em causa o quadro naturalista associado a este tipo de posições, embora não querendo negar a existência de pontos de contato entre as ciências sociais e naturais, aponta para a necessidade de se reconceitualizar o modo como tais continuidades se manifestam e não atribui qualquer significado técnico à noção de função.

Assim sendo, e com base numa analogia naturalista, o sistema social é tido como um corpo dotado de funções naturais, perceção que Giddens acusa por negligenciar *“a competência e a atividade intencional dos atores, preferindo atribuir uma lógica e uma racionalidade autossuficientes ao próprio sistema social”* (Corcuff, 2001: 63).

Crítica que não pressupõe de forma alguma que Giddens coloque de parte a perspetiva analítica de conceber as partes de um conjunto social em referência a um todo. Posição que fundamenta mediante as noções de integração social, de integração sistémica e de sistema social.

Retomando ainda o significado atribuído por Giddens ao sistema social, entendido como formação de modelos regularizados de interações sociais tidas como práticas reproduzidas no espaço e no tempo, é aqui evidente a existência de um todo estabilizado, não obstante a explícita advertência de que os sistemas sociais só excecionalmente são detentores de um tipo de unidade interna que é frequente nos sistemas biológicos e físicos.

A reprodução, através da dualidade de estrutura, dos sistemas de interação social é conseguida mediante a interdependência entre atores e grupos. Logo *“podemos assim definir «integração» como os laços regularizados, ou a reciprocidade das práticas, quer entre os atores quer entre coletividades. Esta «reciprocidade das práticas» tem de ser entendida como compreendendo as relações regularizadas de autonomia e dependência relativas entre as partes envolvidas. É importante realçar que, seja qual for o modo como é aqui empregue, integração não é sinónimo nem de «coesão», nem, certamente, de «consenso»”* (Giddens, 2000: 57).

E é neste contexto que é percecionada a necessidade de distinguir entre integração social e integração sistémica, para que com ela seja possível fazer face aos atributos básicos da diferenciação da sociedade. A integração social pretende significar a reciprocidade entre atores ao nível da interação face-a-face, enquanto que a integração sistemática se refere à reciprocidade entre grupos e coletividades para além das circunstâncias de copresença (num espaço-tempo dilatado).

Giddens acredita ter superado a clássica distinção micro-macro mediante os conceitos acima definidos, e deste modo demonstrar que este dualismo não é o mais adequado em ciências sociais. Porque este dualismo transmite uma enganadora perspetiva analítica do mundo social, *“onde as «microsituações» se adequam à noção de ação, enquanto as «macrossituações» dizem respeito às situações em que há inexistência de controle por parte do indivíduo. O que é importante é ter em conta as ligações, assim como as disjunções, entre situações de copresença e «conexões intermédias» entre indivíduos e coletividades de vários tipos”* (Giddens, 1996: 15).

O teorema da dualidade da estrutura é elucidativo desta interação, ao colocar em ligação o mais pequeno dos comportamentos quotidianos dos atores com os atributos dos sistemas sociais mais inclusivos.

E por defender a articulação entre os níveis micro e macro da análise sociológica, Giddens desenvolve este pressuposto noutros trabalhos de reflexão crítica sobre a modernidade, publicados no início dos anos 90, com especial destaque para o primeiro deste

conjunto - *As Consequências da Modernidade* (1990). Neste é apresentada uma síntese original que associa tradições teóricas frequentemente discordantes entre si, articula os níveis micro e macro da análise sociológica, e relaciona ainda os planos analítico e normativo do pensamento social.

Porém o esquema conceptual definido por Giddens revela uma tendência para atribuir um certo privilégio aos aspetos macrossociais da realidade e às estruturas sociais, conciliando nestes as dimensões interacionais e subjetivas. Às atividades quotidianas dos indivíduos é-lhes dedicada uma manifesta atenção, que surge em certa medida dissimulada pela premissa que evidencia a necessidade de apreender os atores sociais em função de um todo que se lhes impõe.

Apreciação que pode ser facilmente ilustrada por um pequeno excerto retirado de um dos seus trabalhos: *“É no carácter imediato da vida-mundo que as relações sociais podem ser influenciadas por factores diferentes daqueles que têm a ver com outros que se encontram espacialmente (e talvez temporalmente) ausentes”* (Giddens, 2000: 58).

Posição que na perspetiva de P. Corcuff (2001) revela novamente a dificuldade de pensar de forma equilibrada os processos de coprodução das partes e do todo.

4. Notas finais: O carácter “marcadamente” abstrato do pensamento de Giddens

A teoria sociológica do final do século XX apresentou evidentes mutações, que revelam uma inegável capacidade de maior amplitude analítica, sendo de realçar dois movimentos que assumiram relevante interesse nos últimos anos e que de igual modo continuam a apresentar prova de assim continuarem neste novo século: i) a integração (micro-macro e ação-estrutura) como esforço de unir níveis ou domínios diferentes da análise social; ii) e a síntese que intenta unir premissas constantes de diferentes teorias.

Abordagens que na primeira tendência enunciada, indiciam a existência de um provável consenso

internacional na teoria social, pelas aparentes similitudes entre a conceptualização sociológica da relação micro-macro e da ação-estrutura. A ligação entre as teorias micro e macrosociais e os níveis micro e macro de análise tem sido consideravelmente desenvolvida nos Estados Unidos, desde a década de 80, enquanto que os teóricos europeus se centram na problemática da ação-estrutura e que segundo Margaret Archer (1988) é aqui que radica o fulcral interesse da teoria social europeia.

Numa perspetiva mais holística, é frequente “considerar os trabalhos que se ocupam da ação e da estrutura como parte da preocupação pelo vínculo micro-macro” (Ritzer, 1993: 491). Ponto de vista que é defendido por outros teóricos, dos quais se destaca Margaret Archer, ao referir que a relação ação-estrutura evidencia uma preocupação pelo vínculo micro-macro, bem como pela questão do voluntarismo-determinismo e subjetivismo-objetivismo. Assim sendo, a justificação para esta correspondência parece encontrar-se na estreita ligação entre o nível micro e o ator (agentes humanos individuais) e o nível macro e a estrutura social a grande escala.

Em suma, os dois lados do Atlântico têm vindo a apresentar orientações teóricas que denotam como preocupação comum a necessidade da integração e da síntese, e simultaneamente uma severa crítica aos denominados excessos das teorias dominantes até aí existentes (em que os exemplos mais esclarecedores são o macro determinismo do funcionalismo estrutural e o ator excessivamente «voluntarista» das teorias micro/ação com pouca ou nenhuma ligação ao nível macro/estrutural – tais como, o interacionismo simbólico, o existencialismo, a fenomenologia e a etnometodologia).

Com o que se apresentou sobre o pensamento de Giddens, pode-se concluir que estamos perante uma nova tentativa de reconstrução da teoria social baseada na apreciação crítica dos dualismos clássicos das ciências sociais. Desenvolvimentos que se traduziram num conjunto alargado de trabalhos maioritariamente de índole teórica. E é esta característica nuclear da sua obra sociológica que é

frequentemente enunciada como perturbadora do inegável impacte que tais trabalhos possuem nas diversas ciências sociais em articulação com a sua ampla divulgação espacial.

A que Giddens reage enaltecendo a relação entre a teoria proposta, a investigação empírica e as questões da organização e desenvolvimento social: “*a teoria da estruturação pretende ser algo que possa ser usado num trabalho sociológico científico – apesar de isto não querer dizer ‘aplicado’ na investigação empírica. Ao desenvolver os pressupostos da teoria da estruturação tive sempre em mente questões empíricas da organização e do desenvolvimento social, especialmente no que se refere à trajetória de mudança das instituições modernas*” (Giddens, 1991:205) [2]

P. Corcuff (2001) argumenta a sua posição crítica face ao pensamento de Giddens, afirmando que no âmbito de uma ciência empírico-teórica como a sociologia, os problemas equacionados não podem ser resolvidos de uma forma exclusivamente teórica.

O caráter abstrato dos trabalhos apresentados por Giddens, e em particular a teoria da estruturação, conduziu G.Ritzer (1993) a enumerar alguns tópicos para investigação derivada de tais pressupostos teóricos, são eles:

- a) a teoria da estruturação concentra-se no ordenamento das instituições através do tempo e do espaço em vez de se centrar nas sociedades humanas;
- b) dela se exprime uma preocupação central sobre as mudanças ocorridas nas instituições no tempo e no espaço;
- c) é necessário que os investigadores manifestem interesse pelos modos em que os líderes das diversas instituições introduzem ou alteram as práticas sociais;
- d) os estruturalistas devem controlar e ter em conta a influência das suas orientações teóricas sobre o mundo social;
- e) enquanto o «impacto fragmentador da modernidade» é analisado por Giddens, o es-

truturalismo deve também estudar este pertinente problema social.

Giddens é na atualidade um dos sociólogos mais conhecidos e por isso mais citados, detentor de uma inequívoca influência académica, porém a sua vastíssima obra, privilegiadamente de carácter teórico, ainda se encontra longe de atingir um verdadeiro eco nas pesquisas propriamente ditas.

Aos investigadores aqui fica lançado o desafio.

Referências bibliográficas

- Baltazar, M. S. (2005). A integração na recente teoria sociológica: do micro-macro e da ação-estrutura de Anthony Giddens. in F. Ramos & C. Silva, (Orgs), *Sociologia em Diálogo*, Évora: Univ. Évora – Dep. Sociologia, pp. 7-19.
- Bryant, C.G.A. & Jary, D. (eds.). (1991). *Giddens' Theory of Structuration: A critical Appreciation*. London: Routledge.
- Bryant, C.G.A. & Jary, D. (eds.). (1997). *Anthony Giddens: Critical Assessments*. London: Routledge.
- Corcuff, P. (2001 [1995]). *As novas Sociologias*. Sintra: Distribuidora Editora Vral, Lda.
- Craib, I. (1992). *Anthony Giddens*. London: Routledge.
- Giddens, A. (1979). *Central Problems in Social Theory – Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. London: Macmillan Press Ltd.
- _____ (1984). *The Constitution of Society: Outline of The Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.
- _____ (1991). Structuration theory: past, present and future. In, C. Bryant & D. Jary, (eds.). *Giddens' Theory of Structuration – A critical appreciation*. London: Routledge, pp. 201-221.
- _____ (1994 [1991]). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- _____ (1995 [1992]). *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor, e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- _____ (1996 [1976]). *Novas Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Gradiva.
- _____ (1998a [1990]). *As consequências da Modernidade*. 4ª ed.. Oeiras: Celta Editora.
- _____ (1998b [1995]). *Política, Sociologia e Teoria Social: Confrontos com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Oeiras: Celta Editora (1ª edição original 1995).
- _____ & Pierson, C. (1998c). *Conversations with Anthony Giddens*. Cambridge: Polity Press.
- _____ (2000 [1979]). *Dualidade da Estrutura - Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta Editora.
- Melo, M. B. (2012). Contributos para uma análise da tese da «modernidade reflexiva» de Anthony Giddens, a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu. *Forum Sociológico* [Online], 22 | 2012, posto online no dia 26 fevereiro 2013, URL : <http://sociologico.revues.org/632> ;

O'Dwyer, G. & Mattos, G. (2010). Teoria da Estruturação de Giddens e os estudos de práticas avaliativas. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 20 [2], pp. 609-623.

Pires, R. P. (1988). A teoria da estruturação de Anthony Giddens – apresentação e bibliografia. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 4, pp. 231-6.

_____(1999). Uma teoria dos processos de integração. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 30, pp. 9-54.

_____(2000). Apresentação. in A. Giddens, *Dualidade da Estrutura*, Oeiras: Celta, pp. vii-xv.

Ritzer, G. (1993 [1983]). *Teoria Sociológica Contemporânea*. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de Espanha, S.A.

Tucker, K. (1998). *Anthony Giddens and Modern Social Theory*. London: Sage.

Turner, J. H. (1991). Structuration Theory: Anthony Giddens. in J. Turner, *The Structure of Sociological Theory*, 5^a ed., Belmont, California: Wadsworth Publishing Company, pp. 519-539.

Notas:

[1] Baltazar, M. S. (2005). A integração na recente teoria sociológica: do micro-macro e da ação-estrutura de Anthony Giddens. in F. Ramos & C. Silva. (Orgs). *Sociologia em Diálogo*, Univ. Évora – Dep. Sociologia. Évora, pp. 7-19.

[2] A título de exemplo, refere-se o trabalho desenvolvido por O'Dwyer e Mattos, no qual se ensaia a tese que a “teoria da Estruturação nos proporciona recursos para análises institucionais mais amplas e simultaneamente é uma ferramenta potente para avaliações situadas em ambientes microssociais” (2010: 619).